

# **REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS**

## **PREÂMBULO**

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro impôs a adequação dos regulamentos municipais ao regime jurídico previsto na mesma, estatutando, designadamente, que as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares e que as mesmas incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município, bem como, sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

De acordo com a mesma lei, a criação de taxas pelas autarquias locais respeita o princípio da prossecução do interesse público local e visa a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental, podendo as mesmas ser criadas para financiamento de utilidades geradas pela realização de despesa pública local, quando desta resultem utilidades divisíveis que beneficiem um grupo certo e determinado de sujeitos, independentemente da sua vontade.

Do mesmo diploma decorre, ainda, que o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, podendo ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações.

Com respeito pelos princípios enunciados, o presente regulamento, que revoga o Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança das Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais do Município da Trofa, prevê, na sua “Parte Geral”, um conjunto de disposições respeitantes às bases de incidência objectiva e subjectiva, às isenções totais e parciais e respectiva fundamentação, ao procedimento de liquidação, ao procedimento de cobrança, ao modo de pagamento (no qual se inclui a modalidade de pagamento em prestações) e a outras formas admissíveis de extinção da prestação tributária, às consequências do incumprimento, bem como, às garantias.

Na sua “Parte Especial”, encontram-se previstas regras de procedimento relativamente a algumas matérias específicas, para as quais se entendeu não se justificar uma regulamentação autónoma, mas cujos aspectos particulares se considerou importante prever.

Em cumprimento da mencionada Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o presente regulamento contém, sob a forma de anexos, que do mesmo fazem parte integrante, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, e, ainda, a concreta previsão das taxas municipais, com fixação dos respectivos quantitativos, com excepção das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, as quais constam do Regulamento de Taxas e Encargos Urbanísticos, do Município da Trofa.

Nestes termos, é aprovado o Regulamento Municipal de Taxas do Município da Trofa.

## **TÍTULO I**

### **Parte Geral**

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1º** **(Objecto)**

1. O presente Regulamento consagra as disposições regulamentares com eficácia externa, aplicáveis na área do Município da Trofa, em matéria de taxas, prevendo o seu âmbito de incidência, procedimento de liquidação, cobrança e pagamento, quando não especialmente previstas noutros regulamentos municipais.

2. A concreta previsão das taxas municipais, com fixação dos respectivos quantitativos, consta da Tabela de Taxas Municipais anexa ao presente Regulamento, como anexo I, que dele faz parte integrante, sem prejuízo das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, que constam do Regulamento de Taxas e Encargos Urbanísticos, do Município da Trofa.

#### **Artigo 2º** **(Legislação Habilitante)**

O presente Regulamento, bem como, a Tabela de Taxas Municipais anexa, são aprovados ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa; do n.º 1, do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro (que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais); dos artigos 10.º, alínea c), 11.º, 12.º, 15.º, 55.º e 56.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e das alíneas a), e) e h), do n.º 2, do artigo

53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

### **Artigo 3º** **(Actualização do valor das taxas)**

1. Os valores das taxas municipais previstos na tabela anexa poderão ser actualizados, anualmente, com base na taxa de inflação, aquando da aprovação do orçamento do Município, sendo aquela, depois de devidamente aprovada, publicitada nos termos legais.

2. Os valores resultantes da actualização referida no número anterior, serão arredondados por defeito, se a terceira casa decimal for inferior a cinco, e por excesso, se esta for igual ou superior a cinco.

### **Artigo 4º** **(Fundamentação económico-financeira)**

A fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas no presente regulamento, consta do anexo II, que dele faz parte integrante.

### **Artigo 5º** **(Legislação subsidiária)**

A tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente regulamento, quanto às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas, deverá aplicar-se subsidiária e sucessivamente, os seguintes diplomas:

- a) Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro;
- b) Lei das Finanças Locais;
- c) Lei Geral Tributária;
- d) Lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
- e) Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) Código de Processo nos Tribunais Administrativos; e
- h) Código do Procedimento Administrativo.

**Artigo 6º**  
**(Integração de lacunas)**

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, são resolvidos por recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas.

**CAPÍTULO II**  
**Base de Incidência**

**Artigo 7º**  
**(Incidência objectiva)**

As taxas municipais a que o presente regulamento e tabela anexa dizem respeito, assentam, nos termos da lei, na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado do Município da Trofa ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares e incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou

geradas pela actividade do Município, bem como, sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

### **Artigo 8º** **(Incidência subjectiva)**

1. O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas no presente regulamento e tabela anexa é o Município da Trofa.

2. Estão sujeitos ao pagamento das taxas municipais previstas no presente regulamento e tabela anexa, todas as pessoas singulares ou colectivas e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos vigentes na área do Município da Trofa, estejam vinculadas ao pagamento de taxas municipais, seja como contribuinte directo, substituto ou responsável, nomeadamente, o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

### **Artigo 9º** **(Isenções)**

1. Estão isentos do pagamento total das taxas municipais, nos termos constantes do artigo 11º:

- a) As entidades a quem a lei expressamente confira tal isenção;
- b) As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa;

- c) As associações religiosas, culturais, desportivas e/ou recreativas, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins;
- d) As instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins;
- e) As autarquias locais;
- f) As empresas municipais relativamente aos actos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins estatutários e directamente relacionados com os poderes delegados pelo Município;
- g) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, determinada nos termos das regras definidas no Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município da Trofa.

2. As isenções previstas nas alíneas a) a f) do número anterior, são de verificação automática, pelos serviços competentes para a liquidação.

3. A Câmara Municipal poderá, ainda, caso a caso, isentar total ou parcialmente do pagamento das taxas municipais, as pessoas colectivas, devidamente constituídas, relativamente aos actos e factos que se destinem à prossecução de actividades de relevante interesse público municipal.

### **Artigo 10º** **(Fundamentação das isenções totais ou parciais)**

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 8º do Regime geral das taxas das autarquias locais, procede-se à fundamentação das isenções das taxas previstas no presente regulamento, nos seguintes termos, conforme disposto nos nºs 1 e 3 do artigo 9.º:

- a) As entidades a quem a lei expressamente confira tal isenção – a fundamentação desta isenção decorre das leis que conferem as mesmas;
- b) As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa - esta isenção fundamenta-se em finalidades de interesse público, na medida em que visa facilitar a concretização dos fins estatutários das instituições aqui referidas, instituições estas que têm por fim a prossecução de interesses ou utilidades públicas (ver a propósito o artigo 63º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa – CRP);
- c) As Associações religiosas, culturais, desportivas e/ou recreativas – esta isenção fundamenta-se em finalidades de interesse público, na medida em que visa facilitar a concretização dos fins estatutários das associações aqui referidas, mediante o apoio às actividades de interesse municipal, de natureza religiosa, cultural desportiva e/ou recreativa por estas prosseguidas;
- d) As instituições particulares de solidariedade social – a isenção justifica-se pelo próprio fim da instituição: a solidariedade social, que é também um valor e objectivo previsto na CR.P. (artigos 1º; 63º, n.º 5, 67º, n.º2, alínea b); 69º; 70.º, n.º 1, alínea e); e 71º) e, nesse sentido, um valor fundamental do Estado de Direito Democrático;
- e) As autarquias locais – esta isenção fundamenta-se no facto destas prosseguirem uma série de atribuições e competências, estabelecidas nas leis nºs 159/99, de 14 de Setembro e 169/99, de 18 de Setembro, respectivamente, tendo em vista a prossecução do interesse público e a promoção da eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos dos administrados;



- f) As empresas municipais – esta isenção visa a promoção da actividade das empresas municipais e ajuda à sua sustentabilidade, estando fundamentada no artigo 6º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro;
- g) Pessoas singulares - o fundamento desta isenção é a comprovada insuficiência económica. Com efeito, se a pessoa muitas vezes não consegue prover ao seu sustento mais básico, também não terá capacidade financeira para pagar as taxas devidas ao Município. É nesse sentido que se prevê a isenção das taxas, para que a pessoa possa ter acesso a prestações das quais necessita para ter uma vida digna, em consonância com valores previstos na CRP, tais como a dignidade da pessoa humana e solidariedade social;
- h) Pessoas colectivas – com esta isenção total ou parcial procura-se promover e incentivar a fixação de empresas tendo em vista o desenvolvimento sustentável, razões de ordem social, cultural, recreativa ou económica, podendo revelar-se nomeadamente na criação ou aumento do n.º de postos de trabalho de uma empresa, na gestão de equipamentos culturais, desportivos ou recreativos.

### **Artigo 11º**

#### **(Requisitos para a concessão de isenções totais ou parciais)**

1. O interessado na concessão das isenções previstas no artigo 9.º deverá requerer tal pretensão, através de requerimento fundamentado, acompanhado de documentos comprovativos da situação em que se enquadre.
2. Sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 9.º, o pedido de isenção será objecto de apreciação pelos serviços competentes, que elaborarão proposta de decisão a submeter a aprovação do Órgão Executivo.

3. As isenções não podem ser concedidas por um período superior a 5 anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal, nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei das Finanças Locais.

4. No caso de aprovação de proposta de indeferimento, deverá o interessado ser notificado para exercício do respectivo direito de audiência prévia, nos termos constantes do Código do Procedimento Administrativo.

5. A concessão de isenção de pagamento de taxas municipais, não dispensa o respectivo beneficiário de requerer a prévia autorização ou licenciamento municipal a que haja lugar.

### **CAPÍTULO III**

#### **Procedimento de liquidação**

##### **Artigo 12º (Liquidação)**

1. A liquidação das taxas municipais consiste na determinação do montante a pagar e será efectuada com base nos indicadores da tabela anexa e nos elementos fornecidos pelos interessados, que são passíveis de confirmação pelos serviços.

2. Os valores obtidos serão arredondados por defeito, se a terceira casa decimal for inferior a cinco, e por excesso, se esta for igual ou superior a cinco.

##### **Artigo 13º (Caducidade do direito à liquidação)**

O direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo, no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

**Artigo 14º**  
**(Notificação da liquidação)**

O acto de liquidação das taxas municipais, a notificar ao sujeito passivo, deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito passivo, com indicação do nome ou denominação, domicílio ou sede e número de identificação fiscal ou de pessoa colectiva;
- b) Descrição do facto tributário;
- c) Conteúdo da decisão e respectiva fundamentação;
- d) Data da prática do acto;
- e) Prazo de pagamento voluntário;
- f) Meios de defesa e prazo para reagir contra o acto notificado; e
- g) Menção expressa ao autor do acto e se o mesmo foi praticado no uso de competência própria, delegada ou subdelegada.

**Artigo 15º**  
**(Forma da notificação da liquidação)**

1. A liquidação será notificada ao sujeito passivo, por carta registada com aviso de recepção.

2. A notificação da liquidação considera-se efectuada na data em que for assinado o aviso de recepção e tem-se por efectuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do mesmo, presumindo-se, neste caso, que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

3. No caso de o aviso de recepção ser devolvido ou não vier assinado por o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais, e não se comprovar que, entretanto, o sujeito passivo comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efectuada dentro dos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de recepção, presumindo-se efectuada a notificação se a carta não tiver sido novamente recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

4. As pessoas colectivas e sociedades serão notificadas na pessoa de um dos seus administradores ou gerentes, na sua sede, na residência destes ou em qualquer lugar onde se encontrem.

5. Não podendo efectuar-se na pessoa do representante por este não ser encontrado, a notificação realiza-se na pessoa de qualquer empregado, capaz de transmitir os termos do acto, que se encontre no local onde normalmente funcione a administração da pessoa colectiva ou sociedade.

6. Nos casos em que seja possível satisfazer a pretensão do requerente, aquando da solicitação para o efeito, a liquidação ser-lhe-á notificada pessoalmente.

### **Artigo 16º** **(Revisão do acto de liquidação)**

1. Poderá haver lugar à revisão do acto de liquidação pela entidade que o praticou, oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, nos prazos e com os fundamentos previstos na Lei Geral Tributária.

2. Nos casos em que se proceda à revisão do acto de liquidação da qual resulte importância a cobrar ou a restituir, não haverá lugar a tal cobrança ou restituição, se se tratar de quantia inferior a €5,00 (cinco euros).

### **Artigo 17º (Garantias)**

1. Os sujeitos passivos das taxas municipais podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.

2. A reclamação é deduzida perante o órgão que efectuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3. A reclamação presume-se indeferida, para efeitos de impugnação judicial, se não for decidida no prazo de 60 dias.

4. Do indeferimento tácito ou expreso, cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do Município da Trofa, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5. A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.

6. Nos casos em que o sujeito passivo deduza reclamação ou impugnação e seja prestada, nos termos da lei, garantia idónea, não será negada a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico, por falta de pagamento da respectiva taxa municipal.

## **CAPÍTULO IV**

### **Procedimento de cobrança e pagamento**

#### **Artigo 18º** **(Pagamento e outras formas de extinção)**

1. Salvo nos casos em que tal seja expressamente permitido, não pode haver lugar à contraprestação requerida, sem prévio pagamento da taxa respectiva.
2. Nos casos de pedidos de licenciamento ou autorização, nos quais seja legalmente admitida a formação de deferimento tácito, será devido o pagamento da taxa que seria exigida pela prática dos actos expressos.
3. As taxas municipais são pagas em moeda corrente, por cheque, por Multibanco (POS), por vale postal ou por transferência bancária.
4. As taxas municipais podem, ainda, ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.

#### **Artigo 19º** **(Prazo geral)**

1. O prazo para pagamento voluntário das taxas municipais é de 30 dias, contado a partir da data da notificação da liquidação, salvo se outro prazo ou procedimento se encontrar especificamente determinado.
2. Nos casos previstos no n.º 6 do artigo 15.º do presente regulamento, o pagamento deverá ser efectuado no próprio dia da liquidação.
3. O meio de pagamento poderá ser remetido por via postal, com indicação explícita da sua finalidade, desde que efectuado até ao antepenúltimo dia do prazo de pagamento.

**Artigo 20º**  
**(Contagem do prazo)**

1. O prazo de pagamento é contínuo, não se suspendendo aos Sábados, Domingos e Feriados.
2. O prazo que termine em Sábado, Domingo ou Feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

**Artigo 21º**  
**(Locais de pagamento)**

1. O pagamento das taxas municipais deverá ser efectuado na tesouraria municipal, sem prejuízo da possibilidade de cobrança das mesmas, por outros serviços municipais, quando devidamente autorizados para o efeito, sendo neste caso, o pagamento respectivo, efectuado junto dos mesmos serviços.
2. Em qualquer caso, será emitido, pelos serviços competentes, comprovativo do pagamento efectuado e facultado o mesmo ao sujeito passivo.

**Artigo 22º**  
**(Pagamento em prestações)**

1. É admissível o pagamento em prestações das taxas municipais.
2. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações, mensais, não poderá ser superior a seis e o valor de cada uma delas não poderá ser inferior a uma unidade de conta, no montante em vigor no momento da autorização.
3. O valor de cada prestação corresponderá ao valor da taxa, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescido dos juros de mora contados sobre

o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário, até à data de pagamento efectivo de cada prestação.

4. A falta de pagamento de uma prestação, implica o vencimento imediato das restantes, devendo instaurar-se processo de execução fiscal pelo valor em dívida.

### **Artigo 23º** **(Requisitos do pedido de pagamento em prestações)**

1. O pedido de pagamento em prestações deverá ser apresentado dentro do prazo de pagamento voluntário, e conter os seguintes elementos:

a) Identificação do sujeito passivo, com indicação do nome ou denominação, domicílio ou sede e número de identificação fiscal ou de pessoa colectiva;

b) Indicação do facto tributário e da taxa liquidada;

c) Motivos que fundamentam o pedido;

d) Número de prestações pretendido.

2. O requerimento referido no número anterior deverá ser acompanhado, ou fazer indicação, dos meios de prova tendentes a demonstrar a insuficiência económica do sujeito passivo para realizar o pagamento integral da taxa, de uma só vez.

### **Artigo 24º** **(Competência para autorizar as prestações)**

A competência para autorizar o pedido de pagamento em prestações referido no número anterior cabe ao Presidente da Câmara Municipal.



## **CAPÍTULO V**

### **Incumprimento**

#### **Artigo 25º** **(Extinção do procedimento)**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a falta de pagamento, no prazo devido, de quaisquer taxas municipais, implica a extinção do procedimento administrativo, nos termos do preceituado no artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo.

2. Poderá o interessado obstar à extinção do procedimento, se realizar o pagamento em dobro da taxa liquidada, nos 10 dias seguintes ao termo do prazo fixado para o seu pagamento.

#### **Artigo 26º** **(Cobrança coerciva)**

1. Findo o prazo de pagamento voluntário de taxa municipal liquidada e que constitua débito ao Município, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor.

2. Consideram-se em débito todas as taxas relativamente às quais o sujeito passivo usufruiu do facto, serviço ou benefício, sem o respectivo pagamento.

3. Sem prejuízo do disposto no artigo 22.º, as taxas que não forem pagas voluntariamente serão objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, devendo, para esse efeito, ser extraída a competente certidão de dívida pelos respectivos serviços.

**Artigo 27º**  
**(Prescrição)**

1. As dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
2. A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
3. A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo, faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

**Artigo 28º**  
**(Contra-ordenações)**

1. Constitui contra-ordenação punível com coima de €25 (vinte e cinco euros) a 10 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida, no caso de pessoa singular, e de € 50 (cinquenta euros) a 20 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida, no caso de pessoa colectiva:
  - a) A prática de facto sujeito a licenciamento ou autorização, sem prévio pagamento da taxa devida, salvo se existir previsão de contra-ordenação para a falta de licença ou autorização, em lei ou regulamento específico;
  - b) A inexactidão ou omissão de elementos fornecidos pelo sujeito passivo, para liquidação de taxa municipal ou para instrução de pedido de isenção ou de pedido de pagamento da taxa em prestações.
  - c) A apresentação do pedido de averbamento referido no artigo 31.º, fora do prazo devido.
2. A tentativa e a negligência são puníveis.

## **TÍTULO II**

### **Parte Especial**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Licenças e autorizações**

##### **Artigo 29º** **(Validade das licenças e autorizações)**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as licenças e autorizações caducam no último dia do prazo por que foram concedidas, o qual deverá constar do respectivo alvará ou título equivalente.

2. A Câmara Municipal poderá fazer cessar a todo o tempo, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, o licenciamento ou autorização concedidos, bem como, em caso de incumprimento das condições impostas para a sua concessão.

3. O licenciamento e autorização concedidos podem, ainda, cessar, mediante pedido expresso dos respectivos titulares, quando deixem de se verificar as condições que determinaram a obrigatoriedade do licenciamento ou autorização em causa.

4. Nos casos previstos nos números 2 e 3, haverá lugar à restituição do valor da taxa paga, cujo benefício o sujeito passivo deixe de usufruir, em virtude da cessação do licenciamento ou autorização concedidos.

**Artigo 30º**  
**(Renovação de licenças e autorizações)**

Salvo disposição em contrário, as licenças e autorizações de carácter periódico são renováveis, nos termos e condições constantes das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao caso.

**Artigo 31º**  
**(Averbamentos)**

1. Salvo disposição em contrário, o pedido de averbamento de licença ou autorização deve ser apresentado, pelo respectivo titular, no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que o justifiquem.
2. O pedido de averbamento de licença ou autorização efectuado por terceiro, deverá ser instruído com autorização do respectivo titular.

**Artigo 32º**  
**(Actos de autorização automática)**

1. Devem considerar-se automaticamente autorizados, pelos serviços competentes, mediante a simples exibição dos documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados e o pagamento da taxa correspondente, os seguintes actos:
  - a) O averbamento da titularidade das licenças de publicidade e de ocupação do espaço público;
  - b) O registo de ciclomotores;
  - c) O averbamento de transferência de propriedade e mudança de residência no registo de ciclomotores;

d) O pedido de 2.ª via de licenças de condução de ciclomotores e de veículos agrícolas, bem como, de outras licenças ou autorizações, ou documentos, por motivo de extravio ou mau estado de conservação.

2. Os averbamentos realizados nos termos da alínea a) do número anterior, deverão considerar-se efectuados nas condições estabelecidas no despacho inicial que concedeu a licença.

### **TÍTULO III**

#### **Disposições Finais**

##### **Artigo 33º** **(Norma Revogatória)**

1. É revogado o Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança das Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais do Município da Trofa, e tabela anexa.

2. Todas as remissões efectuadas para o regulamento previsto no número anterior e tabela anexa, consideram-se efectuadas para o presente regulamento, com as devidas adaptações.

##### **Artigo 34º** **(Entrada em Vigor)**

O presente regulamento e a tabela anexa entram em vigor no dia 1 de Maio de 2010.